



O SENTIDO E SIGNIFICADO SOCIOLÓGICO DE EMANCIPAÇÃO
THE SENSE AND SOCIOLOGICAL MEANING OF EMANCIPATION

SILVA, Luiz Etevaldo*

* Licenciado em Estudos Sociais, Graduado em História, Especialista em Humanidades e Mestre em Educação nas Ciências. Contato: luizetevaldo@yahoo.com.br

RESUMO

Este texto faz uma abordagem acerca da emancipação humana, como capacidade do homem desvelar e exercer a expressividade, perceber as contradições dialéticas do contexto social, interagir criativamente nas contingências e se restituir como sujeito a todo o momento, mediante o exercício de pensar sua condição humana. Apresento a ideia do olhar emancipado, que permite possibilidades de caminhos novos, emergência de novas possibilidades e acesso a novas experiências, ampliando, desta forma, o repertório sociológico e filosófico para questionar as evidências do nosso tempo, e teço considerações sobre a educação referenciada por concepções emancipatórias, que se volta para recuperar a consciência da importância das relações entre os indivíduos de maneira humanizada, para um entendimento compartilhado do modo de ser e estar no mundo.

Palavras-chaves: Contexto social. Humanização. Emancipação. Educação. Cultura.

ABSTRACT

The present paper presents an approach about human emancipation, as man's ability to reveal and exercise the expression, to understand the dialectical contradictions of the social context, interacting creatively in the contingencies and subject to refund at any time, upon the exercise of thinking about the human condition. I present the idea of emancipated looking, which allows new possibilities of ways, the emergence of new possibilities and the access to new experiences, broadening thus the sociological and philosophical repertoire to question the evidence of our time, and weave considerations upon education referenced by emancipatory conceptions, which turns to regain consciousness of the importance of relations between individuals of a humanized way to a shared understanding of the mode of being and behaving in the world.

Keywords: Social context. Humanization. Emancipation. Education. Culture.

1 INTRODUÇÃO

O texto a seguir faz uma abordagem acerca da emancipação humana, como capacidade do homem desvelar e exercer a expressividade, perceber as contradições dialéticas do contexto social, interagir criativamente nas contingências e se restituir como sujeito a todo o momento, mediante o exercício de pensar sua condição humana. Na primeira parte apresento a ideia do olhar emancipado, que permite possibilidades de caminhos novos, emergência de novas possibilidades e acesso a novas experiências, ampliando, desta forma, o repertório sociológico e filosófico para questionar as evidências do nosso tempo.

Na segunda parte teço considerações sobre a educação referenciada por concepções emancipatórias, que se volta para recuperar a consciência da importância das relações entre os indivíduos de maneira humanizada, para um entendimento compartilhado do modo de ser e estar no mundo. Assim, escrevo que o processo educativo consiste em criar possibilidades para aprender a olhar o outro de forma respeitosa, proporcionando pensar a partir do sentimento de alteridade. Reflito a temática por esta perspectiva a partir do entendimento que o é possível promover o reencantamento da valorização dos humanos como sujeitos socioculturais, reconhecer-se com ser coletivo e manifestar a arte do encontro para construir um mundo melhor.

2 A EMANCIPAÇÃO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Ao pensar a educação voltada à emancipação estamos em processo de emancipação, pois a entendemos como exercício de conceber explicações para resolver problemas do nosso tempo, pela perspectiva do nosso entendimento e não porque alguém disse, simplesmente, que deveria ser assim. De acordo com esta visão, a tarefa da emancipação é fomentar valores estéticos para a existência humana e refletir acerca das incertezas da contemporaneidade.

A emancipação humana tem a ver com a capacidade de o homem desvelar e exercer a expressividade, perceber as contradições dialéticas do contexto social, interagir criativamente nas contingências e restituir como sujeito a todo o momento, mediante o exercício de pensar sua condição humana. Desta forma, este homem tem o desafio de desenvolver um olhar interpretativo, apropriar-se da diversidade de olhares e variedade de perspectivas da realidade social, cultural e política.

O olhar emancipado permite possibilidades de caminhos novos, emergência de novas

possibilidades e acesso a novas experiências, ampliando, desta forma, o repertório sociológico e filosófico para questionar as evidências do nosso tempo. Em essência, este é um processo de subjetivação, alargamento do espaço perceptivo da realidade, habilidade de confrontação de situações, interagir nas interfaces de saberes, captar energias novas e melhorar a visão do mundo, na perspectiva do inédito viável.

Para Zitkoski (2008, p. 215), “somos seres do inédito viável, pois ainda não somos totalmente prontos, viemos nos fazendo na história e podemos sempre nos reinventar seguindo a busca por mais humanidade”. Somos seres em processo de reconstrução permanente da história, emergidos no tempo e no espaço, potencialmente em situação de humanização ou de desumanização. A história é um devir, que depende de ações humanas para se constituir e ganhar sentido e significado. A reinvenção da humanização é possível e necessária.

Zitkoski (2008, p. 215-216) escreveu que:

Nesse sentido, Freire fundamenta a esperança de humanização a partir da transcendência de uma natureza que se constrói a si mesma em um processo sempre aberto para transpor as barreiras que atrofiam nosso potencial e/ou vocação para o ser mais. O papel da educação libertadora é potencializar esse dinamismo da natureza humana e cultivar a dialética ação-reflexão na busca de conscientização histórica de um nível mais elevado de humanização do mundo.

Em uma sociedade emancipada a convergência e a divergência são partes de um mesmo contexto. Não pode ser entendida como homogeneização das relações sociais, pois daí seria banida a condição de liberdade. Para Tonet (2005, p. 175), que entende de forma mais ampla:

A diferença de uma sociedade realmente emancipada consiste em que não haverá uma oposição antagônica entre os diversos valores. O que de modo algum significa que exista uma homogeneização absoluta deles, mas apenas que valores diversos não expressarão concepções antagônicas de mundo articuladas com os interesses de classes sociais, particulares por definição. É também por esse motivo que o agir poderá ser plenamente livre. Porque, sendo a humanidade uma comunidade real, afetiva e não apenas formal, a relação entre indivíduos e comunidade poderá acontecer de forma conflitiva, mas não antagônica.

A emancipação humana é algo complexo, mas é possível, na medida em que o homem se torna historicamente um ser inteligente. Se ele é capaz de construir obras de engenharia verdadeiramente fantásticas aos nossos olhos, descobrir leis da natureza e aplicar às ciências, também, se tiver disposição política, poderá construir engenharias sociais suficientes para

construir novas relações sociais, nas quais a vida tenha mais sentido e significado, pelo ponto de vista da humanização.

Para Giddens (1991, p. 155), é preciso [...] “reconhecer que a política emancipatória tem que estar vinculada à política da vida, ou uma política de auto-realização”. Essencialmente, repensar concepções e princípios da modernidade, da forma como proponho aqui, significa lutar para constituir meios para que os indivíduos sejam mais felizes. Neste sentido, “a política da vida se refere a engajamentos radicais que procuram incrementar as possibilidades de uma vida realizada e satisfatória para todos, e para a qual não existem ‘outros’” (p. 155-156).

Temos aí que “em síntese, a essência da emancipação humana está no domínio consciente e coletivo dos homens sobre o seu processo de autoconstrução, sobre o conjunto do processo histórico” (TONET, 2005, p. 177). Desta forma, podemos entender que a emancipação é compromisso de todos, coletivamente, no processo de luta por um mundo melhor. Como tal, é conquista que se dá diariamente e de maneira mediata, e a emancipação é a reconstrução da história da humanidade, sob condições de promover meio cujas relações humanas sejam solidárias, no sentido amplo do termo.

Sob este aspecto, a educação voltada à emancipação tem o desafio de promover a dignidade, a ética, respeito ao outro, consciência política e ecológica, enfim, envolver com a práxis social em todos os sentidos qualificadores da vida humana. Em outros termos, a educação emancipatória tem como compromisso a busca da especificidade formal e estética da vida, criar condições de formação de subjetividades capazes de reconhecer o outro como alguém importante e se reconhecer nele.

Ademais, é conveniente se destacar que a educação emancipatória envolve também a disposição de ensinar a resolução de interesses conflituosos de seus atores, pois a diversidade é uma das características fundamental da humanidade. Para compreender a complexidade da vida em sociedade requer do sujeito emancipado raciocínios dialéticos e razão especulativa sobre a condição humana. Assim, exige reconhecer que as verdades do conhecimento são verdades humanas, que foram construídas mediante o exercício do pensamento, portanto possíveis de ser reconstruídas a qualquer momento, no processo de dialogicidade.

Para construir uma sociedade emancipada requer conceber sua existência além do mundo da produção material, no qual o homem se tornou “escravo”, cujo trabalho se constituiu em um estranhamento a sua natureza e sentido à sua vida, como algo não

prazeroso. Ele perdeu o controle do processo histórico, que se tornou um fantoche coagido a obedecer a ordens daqueles que detém os meios de produção.

Em suma:

O fato de que, no período histórico da efetiva emancipação humana, dada a eliminação do fetichismo da produção e do estranhamento que a acompanha, o conhecimento e o controle sobre o processo social sejam muito mais amplos e profundos, não elimina o fato de que é da natureza do agir humano a impossibilidade de prever, de modo exaustivo, todas as consequências. Desse modo, o controle dos homens sobre o processo histórico só pode significar que a totalidade do controle *possível* estará nas mãos dos homens e não nas mãos de forças sociais estranhas (TONET, 2005, p. 178).

A emancipação humana é um processo de intervenção política, que pressupõe mudanças significativas nas relações de trabalho, pois é através dele que o homem constrói as condições de existência, faz história. Mas, o trabalho nos moldes capitalistas o impede de se realizar plenamente, assim exige que novas relações de trabalho sejam construídas, nas quais solidariamente seja possível todos usufruírem do resultado de sua produção.

Assim:

Desse modo, se a emancipação humana significa uma mudança qualitativa na totalidade do ser social, está mudança também se refletirá – como não poderia deixar de ser – no plano das necessidades. A autoconstrução de um homem novo implicará na configuração de novas necessidades, mas, mais do que isso, e, sobretudo, de necessidades mais consentâneas com o desenvolvimento verdadeiramente humano do homem (TONET, 2005, p. 183).

A emancipação humana tem a ver com a maneira como os homens se organizam para transformação da natureza e produção de sua existência como ser social. Desta forma, o processo emancipatório não é algo abstrato, mas concreto, que envolve repensar o modelo econômico vigente. Como se caracterizam as relações de trabalho nele? Pois, a emancipação não se dá apenas no plano das ideias, não é apenas no discurso que se constrói efetivamente condições de emancipação. As relações dos homens com os homens e destes com a natureza constituem fundamentais para se pensar o processo histórico e sua reconstrução.

A educação voltada à emancipação pressupõe um conjunto de disposições para compreender as condições sociais, como são representadas e interpretadas. Neste sentido, ela possibilita elaborar explicações como se produzem as práticas culturais, apropriar-se de meios de enunciação de proposições para constituir sistemas explicativos da realidade social. Assim, ao aprender a compreender a lógica das práticas cotidianas à luz de referenciais teóricos o sujeito estará em condições de emancipação.

A emancipação tem a ver com o discernimento de princípios e concepções que orientam os homens na construção da história. Trata-se daí de se constituir como sujeito de necessidades imanentes ao fluxo do mundo, no qual aprende estratégias de sobrevivência cotidianas e vai além da experiência ingênua do mundo. De modo geral, este processo consiste em pensar e perceber o mundo de forma complexa, que a cada momento pode revelar seus perfis, mediante a competência compreensiva do sujeito.

Educar neste sentido é, entre tantas maneiras, constituir meios de reflexões sobre a temporalidade e a existência humana. Como tal, ensinar a estabelecer diálogos significativos, promover a apropriação de somatórios da diversidade interpretativas do mundo e desenvolver a capacidade racional para pensar valores qualificadores da vida. Tal perspectiva significa, também, aprender a recriar ou inventar conceitos, criar uma nova imagem de pensamento e elaborar explicações lógicas da realidade, procurar perceber os pressupostos e implicações dos modos de pensar na constituição das práticas culturais cotidianas.

3 CONCEPÇÕES PARA SE PENSAR PRÁTICAS EDUCATIVAS EMANCIPATÓRIAS

A educação referenciada por concepções emancipatórias se volta para recuperar a consciência da importância das relações entre os indivíduos de maneira humanizada, para um entendimento compartilhado do modo de ser e estar no mundo. Assim, o processo educativo consiste em criar possibilidades de aprender a olhar o outro de forma respeitosa, proporcionando pensar a partir do sentimento de alteridade. Refletir esta temática por esta perspectiva é promover o reencantamento da valorização dos humanos como sujeitos socioculturais, reconhecer-se com ser coletivo e manifestar a arte do encontro para construir um mundo melhor.

Para Arroyo (2000, p. 238) uma das funções do processo educativo é “recuperar a humanidade roubada”. Para ele, é fundamental que os espaços educativos sejam espaços de diálogos, para celebrar os modos de perceber e sentir o mundo e promover o entendimento complexo dos fenômenos sociais e culturais. Desta maneira, professor e alunos, com sujeitos de direitos, precisam ser valorizados como trabalhadores e estudantes.

Neste sentido, para Arroyo (2000, p. 140), “lutar pela humanização, fazer-nos humanos é a grande tarefa da humanidade”. Refletir a partir desta concepção a sociedade é condição para inventar novos jeitos ou modos de viver em sociedade, melhorar a

compreensão das pessoas sobre seu lugar no mundo, estabelecer vínculos sociais com a solidariedade em busca de novas relações humanas.

Para Arroyo, a juventude popular ao permanecer na escola, aprendendo e se desenvolvendo como seres culturais estão dando um importante passo na vida. Como tal, “este é o sentido de melhorar a vida, de sair dessa vida aperreada, indigna de gente. A escola como um tempo mais humano, humanizador, esperança de uma vida menos inumana” (ARROYO, 2000, p. 240). Sempre é conveniente ressaltar que não é apenas a escola responsável pela humanização, que sozinha, certamente, não vai conseguir dar conta desta complexa tarefa, mas sem ela, também sabemos, que isto não será possível.

A educação humanizadora proporciona a formação de sociabilidades e identidades, reinvenção de universo de relações sociais em seus múltiplos aspectos. Ao olhar e agir com sentimento de compreensão das necessidades humanas o professor pode entender muito melhor as circunstâncias psicossociais das crianças e adolescentes, como sujeitos em formação, que estão aprendendo a viver no mundo dos adultos. Para Arroyo (2000, p. 242), citando Walter Herzog, “o objetivo da pedagogia moderna consiste em ajudar o ser humano em sua humanização”.

Práticas pedagógicas voltadas à humanização dos sujeitos entendem o conhecimento como desenvolvimento da capacidade de pensar e buscar entendimento, estabelecendo princípios de convivência saudáveis. Neste sentido, o processo educativo destina-se a instituir valores cooperativos na construção das práticas sociais, tendo como lógica conferir dignidade ao outro na reciprocidade. Assim, como entende Freire (1996, p. 102), “ensinar é uma especificidade humana”, que se constitui, em sentido amplo, na disposição de acolher o outro para compartilhar da vida.

A humanização, assim entendida, significa ampliar a visão de mundo, valorizar a cultura matriz e estar aberto a se comunicar com outros processos culturais, de modo crítico, sempre pronto para rever práticas sociais que desumanizam. Daí ser compreensível que uma educação facilitadora deste processo se insere no contexto de busca civilizada de convivência social pautada por situações de coexistência pacífica. No entanto, não dispensa o conflito, e a reflexão crítica para constituir entendimento e resolução dos mesmos.

De acordo com esta visão, “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996, p. 110). Desta forma permite entender que ela consiste em ampliar os olhares e concepções da convivência humana, exercitar a crítica e procurar ir além das condições configuradas historicamente ao longo do tempo. A mudança

das formas de relações tem a ver com o entendimento emancipatório da educação. Inclusive, escreveu Freire: “ensinar exige a convicção que a mudança é possível” (p. 85).

A emergência de nova cultura política é resultado de processos educativos que buscam superar a tradição dominante e visualizar novas práticas de poder, além daquelas costumeiras, de cunho liberal. Em face de tal concepção, educar para a liberdade nos desafia a redefinir tempos e espaços da experiência social, atribuir novos sentidos aos processos e estruturas sociais.

Nesta nova perspectiva social, a escola desempenha um papel fundamental para valorizar humana da infância e da adolescência. Pois, pode recuperar a humanidade roubada ou instituir a aqueles que nunca a tiveram.

Para Arroyo (2000, p. 243):

A relação entre educação, barbárie, desumanização e degradação da infância e adolescência cabem, e como, em uma proposta séria de escola pública. Podem encontrar um lugar em nossa sensibilidade de mestres. Fazer da prática educativa, dos tempos e espaços escolares um momento pedagógico de humanização. Ao menos de recuperação da humanidade que lhes é roubada em outros tempos e espaços, daria outro sentido a nossa ação e pensamento educativo.

A escola, referenciada em concepções emancipatórias, está atenta a conhecer a vida das crianças e adolescentes, compreendendo-os em suas múltiplas condições de vida possíveis no mundo contemporâneo. Pois, estas condicionantes sociológicas interferem no modo de ser e estar no espaço social e escolar, exige, assim, que a instituição busque mediações e meios de compreensão para educar de forma significativa, reeducando nosso olhar para aquilo que costumamos rotular de problemas.

Sendo assim:

Uma das contribuições mais significativas de Paulo Freire tem sido reeducar nosso olhar pedagógico. Dirigi-lo para os sujeitos humanos para suas condições de humanização. Reeducação nosso olhar sobre a infância e adolescência, os educandos. Quando reeducamos nosso olhar de mestres não veremos apenas analfabetos ou alfabetizados, aprovados ou repetentes, lentos aceleráveis ou acelerados. Reeducação nosso olhar nos reeducamos (ARROYO, 2000, p. 246-247).

Os aspectos aqui relacionados revelam que a “educar exige respeito aos saberes dos educandos” (FREIRE, 1996, p. 33). Por mais experiência que temos no exercício da docência, estamos, na verdade, nos humanizando sempre, se estivermos atento a estes detalhes que dizem respeito à relação professor-aluno com algo emergidos de sentidos humanizadores ou desumanizadores. Todo conhecimento que o estudante traz e apresenta nos espaços

educativos são importantes para serem problematizados e ampliados à luz de referenciais teóricos/científicos.

Refletir sobre nossos conhecimentos é condição indispensável ao exercício da docência. Na educação, voltada à emancipação, isto se constitui fundamental, pois ela se coloca como desafio de ser coadjuvante no processo de intervenção do mundo. Verifica-se que desta forma, “o ser humano se forma como espécie na luta incessante pela humanização. Inclusive e principalmente na reação às contingências naturais, sociais, históricas que negam e impõem limites a toda manifestação e avanço civilizado. Constrói cultura” (ARROYO, 2000, p. 247).

E, da mesma forma, a educação de cunho emancipatório se envolve com as dinâmicas de processualidade da vida social, capaz de se constituir por meio próprios o conhecimento e visão crítica das relações sociais. Neste contexto surgem novas formas de construção da história, são geradas novas subjetividades nas experiências sociais e culturais, cujos atores do processo, os alunos, são provocados a se compreenderem como seres de possibilidades.

A investigação sobre o entendimento humano é um exercício de humanização. Na escola a problematização das condições sociais, culturais, políticas e históricas se constituem espinha dorsal do processo de enunciação de possibilidades de compreensão das estruturas e processos sociais. A associação de ideias, ligação e estabelecimento de conexões entre os fenômenos são características de uma educação emancipadora.

O sentido da experiência humana se dá pelo processo de humanização, que, por sua vez, significa se voltar para as condições de emancipação. Dado que a pertinência sociológica desta visão entende que o ser humano se humaniza na medida em que se amplia sua compreensão crítica do mundo. Neste sentido, os princípios e as concepções se encontram na coexistência e simultaneidade das práticas culturais, como expressão subjetiva da influência intersubjetiva, que na escola acontece mediante as práticas pedagógicas.

A luta pela emancipação é um processo complexo, que envolve o campo das ideias e da realidade concreta, das práticas e das vivências dos sujeitos no tempo e no espaço.

Efetivamente, segundo Arroyo (2000, p. 247):

Paulo, com seu olhar de educador, único olhar educativo, vê a desumanização roubada, a proibição de ser, como um processo histórico não natural. Mas vê mais como educar: homens, mulheres, crianças, jovens, povos “na luta incessante de recuperação de sua humanidade”. Eles e elas sujeitos de sua recuperação, humanização, de sua luta por ser, por superar as condições históricas que nos proíbem de ser. Os oprimidos de si mesmo, porque lutando pela recuperação de sua humanidade.

Traçar planos de entendimento da história humana nestes espaços e tempo é uma necessidade da educação emancipatória. Na medida em que a realidade precisa ser conhecida para se criar possibilidades de transformá-la. A relevância de determinado tipo de prática e de reflexão para empreender uma ação exige conhecimento do contexto e da conjuntura em que se está atuando. Pois a pronúncia do mundo começa pela capacidade de compreensão dele, pela busca de convergência e complementaridade na constituição das estratégias de ação para promover a mudança.

Refletir criticamente sobre as práticas educativas faz parte do processo de educar para a mudança. Neste sentido para fecundar novos pensamentos é necessário o exercício, mediante a imaginação sociológica, na práxis social e política dos homens no processo de construção da história. Como tal, a prática da liberdade ganha sentido com a busca e sua relação com a constituição da humanização, e, desta forma, criar novos significados para as práticas sociais no cotidiano, questionando as evidências e enunciando possibilidades de transformações.

O olhar sensível para a realidade social, procurando potencializar concepções e práticas humanizantes constituem um referencial para a educação emancipadora. Subjacente a esta ideia, “ensinar exige escutar” (FREIRE, 1996, p. 127), evitar emitir julgamento a partir das primeiras evidências suscitadas ao longo do processo de elucidação das condições ou situações sociológicas que dão sustentação ao contexto do qual vive o aluno. Assim “ensinar exige disponibilidade para o diálogo” (p. 152), pois através dele é possível se transformar o olhar, rever posições, reavaliar situações e buscar novos modos de entendimento da realidade social e cultural.

Nesta luta pela transformação do mundo novas linguagens vão ampliando o desenvolvimento do pensar histórico e sociológico, como processo de construção humana carregado de contradições e complexidades. Desta forma o ato de conhecer pressupõe uma relação com a linguagem, o mundo pronunciado e explicado pela comunicação.

No entender de Freire (1992, p. 68):

Não é puro idealismo, acrescenta-se, não esperar que o mundo mude radicalmente para que se vá mudando a linguagem. Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória.

Inserir-se no processo de transformação da linguagem é um exercício de humanização e caminho para a emancipação. Pois ela é carregada de processos culturais, que vislumbra espaços de abordagens compreensivas do mundo em movimento, reconhecendo as

experiências e as selecionando para servir de referência ao pensar mais profundo da realidade. Neste processo, convém ter o cuidado, pois a linguagem contém em sua estrutura elementos simbólicos, imaginários e práticos, resultado de construções a partir de fenômenos subjetivos, intersubjetivos e objetivos.

Por isso, escreveu Freire (1992, p. 72):

O momento estético da linguagem, me parece sempre, deve ser perseguido por todos nós não importa se cientista ou não. Não há incompatibilidade nenhuma entre a rigorosidade na busca da compreensão e do conhecimento do mundo e a beleza da forma na expressão dos achados.

A linguagem aqui é entendida como forma de expressão humana do mundo, seja por meio da fala, escrita, pintura, música, etc. A linguagem humana é o marco transcendente de sua própria formação cultural, fertilidade do espírito humano e vocação ontológica da humanização. Em função disso, ela se constitui vinculada ao mundo e a maneira como a entendemos, emerge no horizonte temporal e necessidades emergentes.

Pela linguagem os homens vão traçando caminhos, construindo história e confirmando sua condição cultural, que, em processo, vai-se consolidando os múltiplos significados do horizonte conceptual e novas concepções para o exercício intelectual. Vemos assim que o universo da linguagem é amplo, comporta diversas facetas e meandros da história vivida.

Na perspectiva de Freire (1981, p. 155):

não posso entender os homens e as mulheres, a não ser mais do que simplesmente vivendo, história, cultural e socialmente existindo, como seres fazedores de seu “caminho” que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam ao “caminho” que estão fazendo e que assim os refaz também.

Neste processo de construção da história o homem vai se recriando como ser antropológico e transformando a natureza. Assim:

O ato educativo corresponde a este esforço de leitura do meio social, econômico e político. Esta leitura é um ato de tomada de consciência do nosso mundo, aqui e agora, que visa notadamente ultrapassar as contradições e os elementos opressivos desse mundo (GADOTTI, 1981, p. 155).

Educação para a emancipação tem relação com este processo de tomada de consciência, própria da humanização, na medida em que ampliando o foco, o exercício de tomadas de consciência emerge de diversas situações do universo cultural e se manifesta de forma dialética, histórica e epistemológica. Por sua vez, tem a ver com a capacidade de compreensão do mundo que se dá na educação.

Gadotti (1981, p. 155), na mesma lógica de raciocínio, afirma que:

[...] a educação não pode ser uma outra coisa a não ser uma obra libertadora do homem e do mundo. Uma libertação jamais acabada, nem do homem nem

do mundo. O processo educativo não traz nada de novo em relação ao processo de hominização através da mediação do mundo e de outrem.

A emancipação, então, é o processo de libertação se ampliando para a vida social, no qual os sujeitos vão constituindo formas de ser e estar no mundo, livre dos desejos dos outros. Ele mesmo decide o que é melhor para si e para a coletividade. Isso que dizer que a emancipação é um processo de autonomia e empoderamento para intervir no mundo, promover ações voltadas ao desenvolvimento do ser humano, ressignificando o conhecimento e se apropriando de entendimentos dialéticos da história.

O homem tomando consciência vai se libertando e na liberdade amplia sua consciência do mundo. Por isso entende Gadotti (1992, p. 155) que: “nas a tomada de consciência não é suficiente. É preciso que ela seja acompanhada de uma ação sobre si mesma e sobre o mundo, essa ação de hominização do mundo, isto é, de intervenção na sociedade e na natureza tentando ultrapassar seu inacabamento”.

A emancipação social, então, ganha impulso quando acontece este entendimento do inacabamento da construção da sociedade humana. Efetivamente, “é esse inacabamento que abre todo um debate e toda uma possibilidade de intervenção educativa” (GADOTTI, 1992, p. 155). Sobre estas bases, portanto, o homem vai se compreendendo como fenômeno dialético e histórico, adquirindo capacidade de discernimento da realidade e a perspectiva crítico-libertadora e aprende a exercer a práxis para orientá-lo no processo de transformação da realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema a que me propus refletir neste texto não se esgotou, ele é muito mais complexo, porém acredito ter apresentado alguns princípios que possam colaborar para ampliar o debate sobre a emancipação, no sentido sociológico. A luta por uma sociedade humanizada é o foco principal da educação hoje em dia, pois diante do contexto histórico, em que o homem obtém sucesso inédito no campo científico e tecnológico, ampliando sua capacidade de produzir bens materiais, no entanto no ponto de vista societário sua condição humana é insatisfatória, porque a cultura moderna e contemporânea tornou a maior parte deles egoístas, indiferente, arrogante, insensível, calculista, ganancioso, e assim por diante.

Embora o quadro social adverso, acredito que é possível novas relações sociais a partir da concepção de uma sociedade humanizada, na qual o homem repense sua condição humana



e busque uma sociedade emancipada, em que os indivíduos se pautem pela lógica da vida, em primeiro lugar, e não pela riqueza material, o lucro, o dinheiro, na qual cada um cuida do “seu umbigo” e não enxerga o outro como extensão de sua humanidade. Contudo, penso que uma sociedade emancipada é resultado de um projeto de social, uma construção histórica, por isto entendo que o tema da emancipação é importantíssimo no atual estágio de reflexão sobre o pensamento pedagógico.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**. 8 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

_____. **A Educação contra a Educação**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

ZITKOSKI, Jaime José. **Humanização/desumanização**. In. STRECK, Danilo R; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Artigo recebido em 11/03/2012
Aceito para publicação em 25/08/2013